

# ENTRE DISCURSOS E RITOS CÍVICOS: O DIA DA INDEPENDÊNCIA EM CAMPO MAIOR- PI

## BETWEEN SPEECHES AND CIVIC RITES: INDEPENDENCE DAY IN CAMPO MAIOR-PI

CAIO VINÍCIUS SILVA TEIXEIRA\*

**Resumo:** O presente artigo discute as comemorações do Dia da Independência em Campo Maior durante a Ditadura Civil-Militar, problematizando como aquele evento foi celebrado na cidade, analisando tanto as narrativas criadas em torno data, como também os rituais realizados naquele contexto. Com isso, pretendemos destacar a influência do discurso cívico-patriótico na construção da legitimação do regime militar em Campo Maior e como, a partir dele, foi produzida uma memória cívica da ditadura que estava em sintonia com os ideais do governo autoritário. Utilizamos como fonte o jornal *A Luta*, periódico campomaiorense existente entre 1967 e 1979, no qual eram divulgadas diversas reportagens acerca das celebrações cívicas ocorridas no período. Nosso arcabouço teórico é composto de autores que dialogam sobre as noções de civismo e patriotismo. Compreendemos, pois, que tais celebrações foram fundamentais para a construção de uma memória cívica da Ditadura Civil-Militar em Campo Maior-PI.

**Palavras-Chave:** 7 de Setembro. Ditadura Civil-Militar. Campo Maior-PI.

**Abstract:** This article discusses the celebrations of Independence Day in Campo Maior during the Civil-Military Dictatorship, problematizing how that event was celebrated in the city, analyzing both the narratives created around that date, as well as the rituals carried out in that context. With this, we intend to highlight the influence of civic-patriotic discourse in the construction of the legitimization of the military regime in Campo Maior and how, from it, a civic memory of the dictatorship was produced that was in tune with the ideals of the authoritarian government. We used as a source the newspaper *A Luta*, a Campomaiorense periodical that existed between 1967 and 1979, in which several reports were published about the civic celebrations that took place during that period. Our theoretical framework is made up of authors who discuss the notions of civics and patriotism. We understand, therefore, that such celebrations were fundamental for the construction of a civic memory of the Civil-Military Dictatorship in Campo Maior-PI.

**Keywords:** September 7th. Civil-Military Dictatorship. Campo Maior-PI

---

\* Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). (Email: caiovsteixeira@gmail.com).

### Considerações Iniciais

A cidade de Campo Maior, localizada a 84 km ao norte da capital piauiense, é fortemente marcada por uma tradição cívica protagonizada por homens que lutaram e morreram na Batalha do Jenipapo, em 13 de março de 1823, em prol da consolidação da Independência no norte do Brasil, e que hoje são conhecidos e venerados na cidade como “Heróis do Jenipapo”. Com a emergência do discurso cívico-patriótico da Ditadura Civil-Militar, o dia 7 de setembro era também muito comemorado na cidade com diversas festividades que procuravam envolver toda a sociedade local em enaltecimentos ao grito do Ipiranga, mas também aos heróis locais, sempre lembrados como atores fundamentais para a Independência do país.

Neste artigo, analisaremos como a data foi celebrada em Campo Maior, entre 1967 e 1979, problematizando o seu papel na construção de uma memória cívica sobre o governo militar e a legitimação do regime na cidade. Para tanto, utilizaremos como fonte o jornal *A Luta*, impresso campomaiorense de circulação local/regional que foi um importante divulgador das ideias do governo dos militares na cidade.

“O civismo foi o ideário por excelência de legitimação do Estado derivado do golpe de 1964”<sup>1</sup>. Através de discursos, e sua materialização em práticas e rituais, os militares procuravam inculcar nos brasileiros ideias e noções que fomentassem a legitimação do regime. Os símbolos nacionais foram instrumentalizados nesse processo e, juntamente com o culto aos heróis nacionais, a ditadura tentava educar cívica e patrioticamente os cidadãos.

Entre outras ferramentas utilizadas nesse objetivo, a educação recebeu atenção especial dos militares, por meio da qual pretendiam ensinar à população noções e comportamentos que atendessem a fins morais, cívicos e patrióticos. Passemos, doravante, a analisar a execução desse projeto mediante a formulação de um programa educacional e a sua implementação na sociedade brasileira.

### O 7 de Setembro em Campo Maior entre discursos e celebrações

---

<sup>1</sup> MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013, p. 184.

Como parte importante do projeto de difusão de valores, em 1969, por meio do decreto-lei 869/69 foi estabelecido o ensino obrigatório da disciplina Educação Moral e Cívica em todas as escolas e níveis de ensino<sup>2</sup> no Brasil. De acordo com o documento oficial:

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (...).<sup>3</sup>

Esse documento é um exemplo dos interesses cívico-patrióticos do regime militar e sua relevância consta no fato de que ele engloba diversos segmentos nos quais os valores que assegurassem a segurança e o bem-estar da nação deveriam ser praticados. A escola seria o lugar primordial onde os cidadãos seriam educados cívica e patrioticamente, os quais refletiriam os ensinamentos ali absorvidos em sua convivência social.

Percebemos, portanto, como os valores e noções de civismo e patriotismo deveriam permear toda a sociedade brasileira, atravessando os diversos segmentos sociais, criando um imaginário que legitimasse o regime. Era importante que todo o país reproduzisse as ideias que sustentavam o governo para que, assim, pudesse se identificar com ele. No seu projeto de legitimação, o governo militar pretendeu forjar um imaginário social por meio do qual pudesse inserir seus valores e obter, por parte da população, consentimento para suas ações, pois como nos mostra o historiador José Murilo de Carvalho:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos, e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos,

---

<sup>2</sup> A disciplina de Educação Moral e Cívica já constava em currículos escolares no Brasil em períodos anteriores, sendo utilizada inclusive durante a Era Vargas para os mesmos fins políticos. Ver: AGUIAR JÚNIOR, José de Arimatéa Freitas. **Festas, hinos e marchas: constituição do patriotismo e o serviço militar no Piauí (1935-1945)**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2014; MELO, Salânia Maria Barbosa. **A Construção da Memória Cívica: espetáculos de civilidade no Piauí. (1930-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2010.

<sup>3</sup> BRASIL. **Decreto-Lei nº 869**, de 12 set. 1969.

organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também (...) por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas<sup>4</sup>.

Os símbolos, os heróis, e as tradições nacionais constituiriam esse imaginário objetivado pelo regime militar, em que os comportamentos dos brasileiros seriam orientados pelas ideias que a ditadura defendia e estas, por sua vez, respaldadas pelo passado da nação. Assim, seria fundamental atingir os sentimentos do povo, provocando-lhe emoções que os fizesse se sentir participantes da história do Brasil e do governo em vigência no país. Nesse intuito, era imprescindível a exortação à celebração das grandes datas nacionais e ao culto aos heróis da Pátria. É nesse contexto que estão inseridas as comemorações do 7 de Setembro em Campo Maior, que ora analisamos.

A data de 7 de setembro destaca-se pelo fato de que, naquele dia, no ano de 1822, D. Pedro teria proclamado o famoso grito que ficou marcado nacionalmente: “Independência ou morte!”. A história nos ensina que nenhum fato é concebido isoladamente<sup>5</sup>, e a Independência do Brasil não foge a essa regra. Entretanto, o que ficou cristalizado foi que a partir daquele grito, entoado às margens do rio Ipiranga, o Brasil estava liberto das amarras de Portugal, e Dom Pedro passou a ser reconhecido como o grande herói nacional e o Sete de Setembro como o marco fundador da nação brasileira.

Ao longo do tempo, a imagem do heroísmo de D. Pedro e da independência do Brasil foi se tornando mais forte, e a comemoração do Sete de Setembro transformou-a em uma festividade de caráter cívico, patriótico e nacionalista. O Dia da Independência passou a ser a data magna do calendário nacional, ordenando discursos e celebrações em louvor ao grande herói da nação e seu feito histórico, produzindo sentidos e despertando paixões nos brasileiros através de rituais e celebrações nos quais a disciplina, a ordem e a harmonia materializavam os discursos que as embasavam. Assim, essa data cívica foi se consolidando na memória de grande parte dos brasileiros.

No período da ditadura civil-militar, a festa ganhou um sentido mais forte devido a intensificação do patriotismo propagado pelo Estado visto que “a manipulação do imaginário

---

<sup>4</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 10-11.

<sup>5</sup> PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

social é particularmente importante em momentos de mudança política e social”<sup>6</sup>. Porém, a tradição de se comemorar civicamente certas datas ou personagens da História não foi criada, ou, conforme Hobsbawm<sup>7</sup>, inventada no período, mas já havia sido praticada em outros momentos da história do Brasil, como no início da República ou ainda na Era Vargas.

Todavia, o discurso cívico-patriótico em Campo Maior é reforçado pela tradição dos “Heróis do Jenipapo” existente na cidade, cujo heroísmo é relacionado com a independência do Brasil – e vice-versa – a partir das narrativas que são produzidas na região sobre esse episódio, colocando a bravura como elemento fundamental para a liberdade do país. Essa tradição surge com a Batalha do Jenipapo, um conflito desenrolado na cidade de Campo Maior, em 13 de março de 1823. A batalha ocorreu às margens de um riacho de mesmo nome, e envolveu campomaiorenses, cearenses e maranhenses de um lado, e portugueses de outro.

O discurso foi produzido na imprensa campomaiorenses no final da década de 1960. Em matéria alusiva à celebração do 7 de Setembro do ano de 1968, veiculada no jornal *A Luta*, essa relação entre os dois acontecimentos era articulada, procurando demonstrar a importância mútua das duas datas para os caminhos que a nação tomou a partir de 1822. A matéria destaca que:

Na passagem do Jenipapo, onde se travou a batalha mais sangrenta pela consolidação da Independência, nós campomaiorenses, em particular, encontramos motivos patrióticos de inspiração permanente para os movimentos cívicos que nos assegurem a sobrevivência da Democracia e da República. Os triunfos do povo têm por bandeira o idealismo no pedestal da mocidade. As conquistas do passado são irretorquíveis e os seus exemplos marcam luminosamente o destino nacional<sup>8</sup>.

A Batalha do Jenipapo seria um motivo a mais de inspiração para os campomaiorenses aos movimentos em prol da – suposta – democracia e da República. O heroísmo demonstrado nas margens do rio que nomeou a batalha deveria impulsioná-los em novas lutas em defesa da nação, como a luta contra o comunismo, visto como o mal a ser combatido pelos brasileiros. Percebemos, dessa forma, que o ideário de democracia constituía o imaginário de parte dos habitantes da cidade que, imbuídos do exemplo de seus antepassados, deveriam agir para assegurar as suas conquistas. Tal entusiasmo cívico-patriótico é lembrado na semana seguinte pelo ex-prefeito municipal João de Deus Torres:

---

<sup>6</sup> CARVALHO, *Op.cit.*, p. 11.

<sup>7</sup> Cf. HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>8</sup> A GRANDE Data. **A Luta**, 08 set. 1968. O jornal não existe mais em sua versão impressa, somente digitalizado, e algumas edições estão incompletas, sendo impossível identificar, em alguns casos, o ano do jornal, número, e algumas outras informações que, em alguns casos, só eram escritas na capa. O recorte citado é um exemplo disso.

Campo Maior, pelas suas raízes históricas, é uma das cidades brasileiras onde o Dia da Independência deve ser comemorado com inusitado brilhantismo. O movimento cívico visando nossa independência política de Portugal (...) foi consolidado com o sangue dos nossos heróis às margens do Jenipapo. (...). Ali ficou selado, como disse acima, a Independência da Pátria.

É justo, pois que, em Campo Maior, além do desfile de tropas e estudantes, houvesse competições esportivas e, sobretudo, conferências alusivas a nossa Data Magna. Assim, nossa mocidade não apenas tomaria conhecimento dos feitos de nossos antepassados, como seria encaminhada no sentido do bem e do amor à Pátria. Nenhum ato público marcou o 7 de Setembro de 1968 em terras campomaiorenses. O Governo municipal simplesmente ignorou a Data. Não sabemos que razões tão fortes levaram o Sr. Prefeito a esta atitude<sup>9</sup>.

Mais uma vez é realçada a singularidade do 7 de Setembro em Campo Maior. No imaginário campomaiorense o 13 de março e o 7 de setembro não poderiam ser pensados separadamente, pois um existia em função do outro e ambos se relacionariam na construção de uma cultura política que inserisse os campomaiorenses nesses eventos. Isso explica seu comportamento frente a esses acontecimentos, pois o sentido que um grupo confere a um acontecimento é condicionado pela cultura política da qual é participante<sup>10</sup>. Assim, o evento de 13 de março de 1823 era evocado como forma de colocar a cidade de Campo Maior como participante de um importante capítulo da história nacional.

É válido destacarmos ainda a insatisfação do ex-prefeito com a não realização de atos públicos em comemoração à data naquele ano<sup>11</sup>. Para João de Deus Torres, a Independência deveria ser celebrada em Campo Maior por meio de discursos e práticas que corroborassem na construção da memória cívica da cidade e que fizessem com que a mocidade cultivasse amor à Pátria, porquanto “caberia aos jovens cultivar os elementos do passado que glorificavam a nação brasileira, assim como, constituir os anseios e projetos para o futuro do país, assumindo um papel específico atribuído a “sua geração”<sup>12</sup>. Era oportuno, pois, uma ritualização das ideias proferidas, no intuito de otimizar seu êxito.

Já no ano seguinte, o dia da Independência foi bem celebrado em Campo Maior, destacando-se a parada que aconteceu no Estádio Municipal Deusdedith Melo, com a

---

<sup>9</sup> TORRES, João de Deus. Dia da Independência. **A Luta**, 15 set.1968.

<sup>10</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Culturas Políticas na História**: novos estudos. - Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

<sup>11</sup> Diante das fontes disponíveis para o estudo empreendido, não foi possível identificar o motivo pelo qual o prefeito não organizou eventos públicos gerando insatisfação no ex-prefeito.

<sup>12</sup> ZIMMERMANN, Ana Carolina. **O golpe vira uma festa**: o 31 de março de 1964 nos discursos e práticas cívico-patrióticas (1970-1971). Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020, p. 34.

participação de milhares de pessoas, envolvidas em diversas atividades. Irmão Turuka<sup>13</sup>, uma destacada personalidade campomaiorense, e um assíduo escritor do jornal *A Luta*, esteve presente no evento, do qual deixou registrado o seu testemunho:

Eram 8 horas quando começou o desfile, pelo mais velho Grupo Escolar “Valdivino Tito”, com 40 anos de função agora com 800 alunos (...). Depois vimos o Grupo Escolar “Leopoldo Pacheco” (...) com 830 alunos (...). O terceiro a entrar (...) foi o Grupo Escolar “Briolanja Oliveira” (...) com 600 alunos (...). Depois (...) o Grupo Escolar 13 de Março (...) com seus 532 alunos (...). Em seguida (...) o Grupo Escolar Petrônio Portela (...) com seus 652 alunos (...). Triunfalmente desfilou o Grupo Escolar Marion Saraiva (...) com 740 alunos (...). Escola Sindical Paulo Ferraz (...), com 220 alunos (...). Escola Alzira Pacheco (...) com 232 alunos (...)<sup>14</sup>.

No relato, o articulista faz uma descrição detalhada daquele evento, citando os participantes e dando ênfase às diversas atividades realizadas pelos envolvidos na celebração. Primeiramente, notamos o local em que a parada de 1969 ocorreu: no estádio municipal. Diferenciando-se do tradicional desfile nas grandes avenidas campomaiorenses, aquela festividade ocorreu em um espaço importante na cidade, que comportou as variadas atividades que compuseram o conjunto celebrativo do 7 de Setembro de 1969 em Campo Maior.

Percebemos também a numerosa participação de estudantes campomaiorenses, representando suas escolas e mostrando como a educação na cidade reproduzia as noções de civismo e patriotismo expressas naquele contexto. Cada escola, ao desfilar com seus alunos, dava testemunho do sentimento cívico-patriótico e exortava aos espectadores a compartilharem do mesmo sentimento. Analisando esse fato, observamos que elas desempenharam papel fundamental na inculcação dos valores de civismo e patriotismo fortemente pregados pelo regime militar. Nesse sentido, Janaína Martins Cordeiro nos mostra que:

(...) a participação das escolas e seus alunos não pode ser entendida dissociada do projeto cívico da ditadura, que incluía, sem dúvida a (re)educação da juventude a partir de normas que valorizassem a disciplina, a hierarquia, a obediência e o nacionalismo, entendido aqui no contexto dos anos 1970, tendo em vista também seu conteúdo anticomunista, ou seja, como antídoto necessário contra ideologias estranhas, que poderiam seduzir facilmente alguns jovens<sup>15</sup>.

Dessa forma, entendemos que o espaço escolar funcionaria como um agente de socialização dos valores propagados pelos militares, pois “a internalização e a aceitação dos

---

<sup>13</sup> Antonio Andrade Filho, mais conhecido como Irmão Turuka, foi um comerciante, jornalista e espírita campomaiorense. Fundou na cidade o Centro Espírita Caridade e Fé, desenvolvendo por meio desta instituição ações sociais aos mais necessitados no município. Faleceu em Campo Maior em 28/06/1970.

<sup>14</sup> TURUKA, Um Campo Maior grande faz uma grande parada 7 de Setembro. *A Luta*, 14 set. 1969.

<sup>15</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2012, p. 28.

valores apresentados como fundantes do regime militar deveriam, assim, ser feitas por todas as instituições da sociedade”, e a escola seria um dos principais instrumentos nesse projeto, sobretudo por ser “ (...) instituição fundamental para formar o cidadão, possuindo, portanto, tarefas específicas que permeavam o conjunto das disciplinas com seus conteúdos e métodos”<sup>16</sup>. Ainda de acordo com o relato de Irmão Turuka, foram realizadas outras atividades na celebração no estádio municipal. Descreve-nos ele que:

Terminado o desfile de perto de 6000 jovens, passamos a observar as ricas representações dos carros alegóricos, mostrando em quadros vivos os feitos de nossa história. (...). Depois do desfile alegórico dos carros, passamos a ver números de arte, ginásticas, danças e jogos. (...). Fazendo esta súpula dos acontecimentos, para registro em nossa história, queremos dar destaque especial aos dois maiores times de futebol da cidade, Comercial Atlético Clube e Caiçara Esporte Clube que fizeram uma belíssima exibição do preparo físico de seus atletas, em formidável número de ginástica<sup>17</sup>.

O fragmento jornalístico nos permite entender que, além dos desfiles, outras atividades foram desenvolvidas naquela festividade com o intuito de transmitir ideias, noções e valores de caráter cívico-patriótico. Os quadros-vivos e os carros alegóricos citados na matéria funcionariam na construção de uma memória cívica ao ensinar aos presentes alguns capítulos da história nacional, que poderiam ser entendidos numa linguagem acessível à plateia. Novamente, é notável a atuação da escola nesse projeto ao produzir diferentes maneiras de se ensinar o conteúdo, pois, naquela conjuntura:

A missão da escola relativa ao ensino das tradições inventadas (...) justificava a preocupação na organização das atividades cívicas criadas para reforçar essa memória. As tradições nacionais não poderiam (...) ser tratadas apenas pelos livros didáticos acompanhados das preleções dos professores em sala de aula. “As festas e comemorações, discursos e juramentos” tornaram-se partes integrantes e inerentes da educação escolar<sup>18</sup>.

Era proporcionado aos campomaiorenses presentes no local uma leitura do passado do Brasil, a partir da qual seria possível lhes inculcar valores de civismo e patriotismo, ao passo que representações eram construídas acerca do evento comemorado. Aqui é necessário compreender que as representações são influenciadas pelas ações e sua reprodução se dá por meio de práticas rituais que corroboram na forma como os homens apreendem a realidade<sup>19</sup>. Nesse sentido, entendemos que tais práticas e rituais desenvolviam um papel importante na

<sup>16</sup> BITTENCOURT, Circe. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 56.

<sup>17</sup> TURUKA, Um Campo Maior grande faz uma grande parada 7 de Setembro. **A Luta**, 14 set. 1969.

<sup>18</sup> BITTENCOURT, *Op.cit.*, p. 56.

<sup>19</sup> CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

apreensão da cultura política do regime militar, porquanto “a realização de práticas reiterativas, como a repetição de rituais e cerimônias, e a participação em eventos e manifestações (...) servem para selar o compromisso dos aderentes, confirmando o sentido de pertencimento a um grupo”<sup>20</sup>.

Como analisa Tatyana de Amaral Maya, “a elaboração de representações ancoradas na formação do sentimento de civismo concebido como sinônimo de patriotismo foi considerada fundamental pelos grupos civis e militares atuantes no Estado”<sup>21</sup>. Essas representações reproduzidas pelas práticas e rituais, como vimos acontecer em Campo Maior, nas quais se intencionava legitimar o regime militar, buscavam construir no presente a ideia de continuidade a uma obra do passado, de quando a liberdade da nação brasileira teria sido alcançada. Liberdade que foi tema de um discurso proferido pelo capitão da Polícia Militar, Geraldo de Souza Cândia, por ocasião das comemorações do Dia da Pátria, realizadas na Praça Bona Primo, no ano de 1970:

Naquela memorável tarde de 7 de Setembro de 1822 nascia uma nação forte, livre e soberana. Naquele dia, nossos antepassados legaram-nos a maior herança a que um povo pode aspirar: a LIBERDADE.

A maior glória de um povo livre é transmitir essa LIBERDADE aos seus filhos. E é exatamente o que estamos fazendo neste momento, com grande alegria e entusiastas vibrações.

Independência não é outra coisa senão LIBERDADE. O amor à liberdade, meus caros campomaiorenses, foi nos dado juntamente com a vida. E dos dois presentes do céu, o de menor valor é a vida. Daí porque D. Pedro I, ter proferido no seu grito, INDEPENDÊNCIA OU MORTE. Se não se pode ser livre, pra que viver?

Através dos anos nossas Forças Armadas vêm lutando indefectivelmente pela liberdade do povo brasileiro. Estão sempre alertas, velando noite após noite, dia após dia por esta liberdade, que se constitui no verdadeiro apanágio do homem.

Se é crime despojar um homem da liberdade que ele se tornou digno, é monstruosidade, é insulto à humanidade, roubar de um povo o direito de ser livre, de dirigir os seus destinos, de pensar livremente.

A liberdade dignifica e eleva os povos. A liberdade é o ideal da vida de todo homem espiritualmente bem formado. Atentar contra a liberdade de um povo é ignomínia, porque é despojá-lo do seu maior patrimônio.

(...).

Não podia deixar de lembrar neste momento, o grande brasileiro Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que tão magnificamente surgiu na hora precisa para tirar nosso País da guerra dos corruptos, dos comunistas, inimigos da liberdade, e reconduzi-lo ao caminho da democracia, da ordem e do progresso.

Mais uma vez, foi nossa Independência consolidada, graças ao movimento revolucionário de 1964.

Originada na hora precisa e desenvolvida na forma das exigências nacionais, a Revolução de 31 de março de 1964 significa sobretudo um movimento de espírito e de ação, rumo à consolidação dos princípios cívicos e patrióticos do povo brasileiro, solapados até então, por demagogos que fomentavam a desordem, a corrupção, a

---

<sup>20</sup> MOTTA, *Op.cit.*, p. 23.

<sup>21</sup> MAIA, *Op.cit.*, p. 90.

baderna, a indisciplina que nos levaria, sem dúvida alguma, à morte de nossa liberdade, ao desfacelamento de nossa Pátria.

(...).

Hoje, temos como Chefe Supremo da Nação, o já conhecido e admirado por todos nós, o General Emílio G. Médici, que como seus antecessores têm demonstrado firmeza e dedicação para a consecução dos reais interesses da Pátria, para que a mesma cresça livre, dentro da mais perfeita ordem política e social, com seus filhos trabalhando, tranquilos, confiantes, fervorosos e esperançosos em dias melhores e ainda com a indômita vontade de serem LIVRES, dentro de uma Pátria LIVRE<sup>22</sup>.

Não obstante a extensão do discurso, a transcrição em sua quase totalidade se dá devido à importância das questões expressas pelo autor em toda a sua elaboração, que dialogam diretamente com as problematizações que estamos empreendendo. É profundamente questionável o paradoxo entre o tema do discurso do militar – a liberdade – e o contexto no qual ele é proferido, uma vez que se dá em uma conjuntura de acirrada supressão das liberdades individuais, em prol de uma suposta democracia, estando o país no “auge” dos anos de chumbo com a vigência do Ato Institucional Nº 5, instrumento jurídico utilizado para legitimar ações repressivas do governo.

Ao empreender essa fala, o capitão Câncio esboça uma visão de liberdade que reafirmava o sentido histórico e político que o regime militar pretendia lhe imprimir, na tentativa de se colocar como um guardião da “Pátria Livre”. O cenário da emissão daquele discurso tal qual podemos apreender – a data, a comemoração, o autor, o local (a principal praça da cidade) – nos demonstra o objetivo da ditadura de instigar na população a imagem de que a liberdade conquistada no passado pelo heroísmo de D. Pedro estaria sendo garantida pelos supostos “heróis do presente”. Percebemos nesse contexto uma manipulação da história, em vista de atender certos fins políticos, uma vez que:

A história não pode ser interrompida por uma ação política, mas ela pode ser manipulada e, com isso, determinadas ações podem ser realçadas ou mitigadas pelo Estado. Foi isso que a ditadura fez, usou a versão dos acontecimentos do passado que considerou favorável a sua concepção de nação e silenciou sobre os eventos que não cabiam nessa formulação. Tudo isso mantendo a perspectiva de futuro como um horizonte ao alcance das mãos<sup>23</sup>.

Este capitão da polícia militar de Campo Maior atribui um caráter heroico ao golpe de 1964, identificando-o como fator que teria consolidado a Independência e que seria a garantia de sua segurança. Os generais presidentes eram exaltados pela ação que empreenderam,

---

<sup>22</sup> SAUDAÇÃO à Pátria. **A Luta**, 13 set. 1970.

<sup>23</sup> MORAIS, Fabrício de Sousa. **Pátria nossa a cada dia: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da Ditadura Militar (150º aniversário da Independência do Brasil)**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015, p. 156.

associando-se ao primeiro imperador do Brasil. Nessa investida, Humberto Castelo Branco é lembrado por sua liderança à frente do golpe de 1964, ato passível de despertar orgulho nos campomaiorenses que apoiavam a ditadura, em razão do primeiro presidente do regime militar ter sido reconhecido, anos antes do golpe, como um cidadão campomaiorense<sup>24</sup> pelo legislativo municipal, atitude que desperta contraditórios sentimentos no passado e no presente.

Tal discurso objetiva colaborar na construção da legitimação da ditadura civil-militar na cidade, mobilizando artifícios que produzam representações enaltecidas do regime para os campomaiorenses. Foi forjado um cenário em que os receptores da mensagem eram exortados a louvar uma suposta liberdade da qual todos os brasileiros colhiam frutos, ao passo em que eram negligenciadas as lutas por esta liberdade, realidade controversa à fala do militar. Dessa forma, é nítida a finalidade do discurso, entendida a partir de elementos que já apresentamos, posto que:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar<sup>25</sup>.

Diante disso, podemos notar como o regime militar era apresentado aos campomaiorenses e como eram produzidas determinadas representações com o intuito de legitimá-lo nas “terras dos carnaubais”<sup>26</sup>, a partir da noção de que “(...) a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma ‘imagem’ capaz de trazê-lo à memória e ‘pintá-lo’ tal como ele é”<sup>27</sup>. Essa conduta foi intensificada em 1972, ano em que a Independência do Brasil comemorava seu sesquicentenário; momento em que os sentimentos cívicos e patrióticos foram elevados por diversas ações executadas pela ditadura, nas quais se pretendia concomitantemente exaltar aquele governo.

---

<sup>24</sup> Humberto de Alencar Castelo Branco foi homenageado na Câmara Municipal de Campo Maior com o título de “Cidadão Campomaiorense”, por ser filho de Cândido Borges Castelo Branco, militar campomaiorense, em data que se celebrava o centenário do nascimento de seu pai. CAMPO MAIOR. **Ata nº 605**. Sessão ordinária, 30 de julho de 1960.

<sup>25</sup> FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 10.

<sup>26</sup> Uma das expressões em que Campo Maior é reconhecida, devido à abundância da carnaúba em toda a cidade.

<sup>27</sup> CHARTIER, *Op. cit.* p. 74.

Em 1972, o regime ainda se beneficiava do “milagre econômico”, contexto propício para angariar o consentimento da população brasileira em relação à política empreendida pelos militares. Assim, a comemoração dos 150 anos da Independência serviu como uma grande oportunidade de se legitimar perante os brasileiros. Para isso, foram realizados eventos de proporções nacionais expressando um grandioso espetáculo cívico-patriótico<sup>28</sup>. Um desses eventos foi a corrida do chamado “Fogo simbólico da Pátria”, que percorreria todo o país com o objetivo de demonstrar uma pretensa integração nacional em torno do projeto político do governo militar. Campo Maior constou no percurso deste símbolo cívico e a passagem pela cidade foi anunciada pelo jornal *A Luta*:

O Fogo Simbólico da Pátria, percorrendo novamente o território piauiense, desta vez no ano do Sesquicentenário da Independência, passará por Campo Maior 3ª feira vindoura, procedendo de Teresina e dirigindo-se para Parnaíba. Partirá o Fogo Simbólico da capital, às 8 horas e chegará a Altos às 11 horas. Conduzido por atletas da cidade vizinha, dali sairá às 13 e atingirá Campo Maior por voltas das 16 horas, acontecendo a solenidade na Praça Bona Primo, presentes as autoridades civis, militares e eclesiásticas do município, o representante da Liga da Defesa Nacional, Maj. Geraldo Cância, representantes de associações, estudantes e o povo em geral, a quem dirige o convite o prefeito Jaime da Paz. As 8 horas de 4º feira a chama seguirá para Capitão de Campos, levada por atletas campomaiorenses. 4ª feira, cedo uma centelha será conduzida de Campo Maior para Batalha e Esperantina, transportadas por atletas das respectivas cidades<sup>29</sup>.

Pelo enunciado da matéria, percebemos que esta seria a segunda passagem do Fogo Simbólico pelas terras campomaiorenses, para a qual estava preparada uma solenidade na principal praça da cidade com a presença de autoridades locais. O fato demonstra a união das forças políticas e sociais de Campo Maior em torno das ideias cívico-patrióticas do governo militar, impelindo a população a se sentir participante de um evento nacional e, ao mesmo tempo, exaltar o governo autoritário que aquela tocha também simbolizava, representando sua presença em todos os territórios do Brasil. Isso nos permite compreender que:

A sociedade não ficava alheia a esse clima “alucinante” de festejos, celebrações, desenvolvimento econômico e progresso. Sob este aspecto, o Sesquicentenário da Independência pode ser considerado uma ocasião importante para se observar a adesão e o consentimento social com relação ao regime. É um momento no qual podemos analisar as formas pelas quais os mais diversos segmentos da sociedade reivindicaram sua participação num evento, que ao fim, servia como forma de legitimação do governo<sup>30</sup>.

Indubitavelmente, os festejos do Sesquicentenário foram muito propícios aos militares para alcançarem o consentimento da população brasileira. Isso se intensificaria na culminância

---

<sup>28</sup> CORDEIRO, *Op.cit.*

<sup>29</sup> DE VOLTA o Fogo Simbólico da Pátria. *A Luta*, ano V, nº 217, 05 jun. 1972, s/p.

<sup>30</sup> CORDEIRO, *Op. cit.*, 2012, p. 87-88.

das celebrações, na semana em que se comemorava o dia da Independência. Todo o país deveria festejar aquele momento e Campo Maior não se excluiu do evento. O governo municipal elaborou uma programação com variadas atividades para comemorar a Semana da Pátria de 1972, assim divulgada pelo jornal *A Luta*:

- Dia 1 – Comemorações internas nos estabelecimentos de ensino
- Dia 2 – Jogos no Iate Clube: Handebol: Colégio Estadual x Colégio Normal, às 8:00h. Futebol de Salão: Colégio Estadual x Ponte-Preta (que valerá pelas semifinais da V Copa Campo Maior e Taça Sesquicentenário), às 15:00h
- Dia 3 – Corrida de Bicicleta Campo Maior – Teresina (...) às 7:00h. Missa solene na Igreja Matriz, às 8:00h. Futebol de campo: Colégio Estadual x GOT, Estádio Deusdeth de Melo, às 15:00h
- Dia 4 – Palestras nos Estabelecimentos Escolares
- Dia 5 – Treinamento Geral
- Dia 6 – Corrida de Resistência – ambos os sexos – Juvenil e Infantil – Praça Bona Primo, às 8:00h. Corrida de Bicicleta – Contorno do Açude, às 16:00h
- Dia 7 – Desfile Geral dos alunos e outras apresentações em homenagem ao Sesquicentenário da Independência<sup>31</sup>.

Os festejos do Sesquicentenário da Independência teriam seu ápice na Semana da Pátria que seria celebrada em todo o país. Diante da programação feita pela prefeitura, podemos observar que o intuito era promover diversas atividades, envolvendo a população em diferentes formas de se celebrar a data. Assim, fazia-se transparecer o objetivo primordial das celebrações cívicas, qual seja: promover uma comunhão coletiva de valores nacionais, através de interpretações de acontecimentos pretéritos, visando legitimar o presente e construir um imaginário que reverbere no futuro.

No ano seguinte, continuaram os louvores à Independência do Brasil e ao heroísmo atribuído a D. Pedro I. Representações daquele acontecimento histórico, com forte teor patriótico, continuaram sendo produzidas em Campo Maior, estabelecendo ligações entre passado e presente, nas quais heróis de outrora eram lembrados também para exaltar os supostos heróis do *agora*. É o que vemos em um poema veiculado em setembro de 1973 no jornal *A Luta*, que traz os seguintes versos:

O Brasil independente  
 Estava sendo enganado  
 Muito dos filhos marcharam  
 Por caminho muito errado  
 Mas veio uma explicação  
 Chamada Revolução  
 Deixando tudo apagado

Nove anos decorridos  
 É bom sempre festejar  
 E nós campomaiorenses

<sup>31</sup> PROGRAMAÇÃO da Semana da Pátria. *A Luta*, 26 ago. 1972, nº 228, ano V.

Soldados por natureza  
Cada um está preparado  
Pra fazer sua defesa  
Vamos ficar por aqui  
Ampliando o Piauí  
Que já tem muita riqueza.

(...)  
O nosso governador  
Como homem idealista  
Fará este Monumento  
E não perderá de vista  
A sua inauguração  
Será mesmo pra Nação  
Uma era de conquista  
(...)  
Portanto hoje somos independentes  
Graças a Dom Pedro e seu talento  
E o Brasil marcha ininterruptamente  
A caminho do desenvolvimento<sup>32</sup>.

Através deste poema, percebemos que o autor articula três acontecimentos, a Independência do Brasil, a Batalha do Jenipapo e o golpe de 1964, considerando todos como eventos por meio dos quais a liberdade do país fora conquistada, consolidada e assegurada. Como vimos anteriormente, um outro poeta campomaioirenses já havia relacionado os “Heróis do Jenipapo” com militares, atribuindo-lhes um heroísmo fundamental para a história do Brasil.

No texto que ora analisamos, Raimundo Alcântara convida o leitor a festejar os nove anos de uma “revolução” que teria posto fim aos problemas causados por filhos da nação que tomaram “caminhos errados”. Novamente, vemos ser construídas representações do golpe de 1964 que o glorificam e, ao citar esse acontecimento em um momento de louvor à Independência do Brasil, propõe a relação entre os dois eventos, com o intuito de criar uma ligação histórica entre esses momentos e, a partir do 7 de setembro exaltar também o 31 de março.

Cabe notar ainda a referência feita a acontecimentos e personalidades piauienses, a saber a Batalha do Jenipapo, a construção do monumento e o governador Alberto Silva<sup>33</sup>, citado como um homem idealista que proporcionaria uma conquista para a nação com a inauguração da obra em homenagem aos mortos na batalha de 1823. A forma como ele é lembrado no poema nos leva a entender que o poeta tinha uma imagem do governador que o colocava no grupo de heróis

---

<sup>32</sup> ALCÂNTARA, Raimundo Andrade de. 7 de Setembro. **A Luta**, edição sem data.

<sup>33</sup> Alberto Tavares Silva (1918-2009) foi um importante político piauiense que desempenhou diversos cargos na administração pública a nível municipal, estadual e federal, se destacando na chefia do Poder Executivo estadual no qual por duas oportunidades (1971-1975/ 1982-1986) exerceu o cargo de governador do Piauí, sendo na primeira vez nomeado pelo governo militar e na segunda eleito pelo voto popular.

que deveriam ser enaltecidos pelas conquistas que alcançaram ao estado e ao país, seja no passado ou no presente.

### Considerações Finais

Pelo que expomos até aqui, compreendemos que a data da Independência do Brasil era fortemente celebrada em Campo Maior, através de mensagens e textos, mas sobretudo, por meio de práticas e rituais que materializavam os discursos de civismo e patriotismo e que colaboravam para ensinar tais valores, defendidos pelos militares, aos campomaiorenses. Eram ações que propunham engajar a população em sua realização, fazendo com que todos compartilhassem dos mesmos sentimentos patrióticos. E, nesse contexto, em 1975, o jornal *A Luta* divulgou uma mensagem se mostrando participante dessa paixão cívico-patriótica tão intensificada no Brasil daqueles anos:

O povo, governo, autoridades, estudantes e militares, nesta manhã, estarão todos, imbuídos do mesmo ardor cívico-patriótico, irmanados num só ideal, nas ruas de nossa cidade para comemorar a data magna da nacionalidade, quando cento e cinquenta e três anos são decorridos de independência.

Este jornal, que sempre se preocupou desde os mais comezinhos aos mais altos fatos de nossa História, não seria neste dia que iria silenciar.

Nós que fazemos o jornalzinho, em número que não ultrapassa à casa dos cinco dentre cento e dez milhões de brasileiros, nos sentimos bem à vontade para externar os nossos sentimentos de brasilidade e também, como todos, acender uma vela no Altar da Pátria pela continuidade do regime de liberdade que sua Alteza, Príncipe Dom Pedro I, nos legou em memorável acontecimento às margens do Riacho do Ipiranga no 7 de Setembro de 1822<sup>34</sup>.

Nesta mensagem, o semanário campomaiorense se mostra não só um divulgador dos valores de civismo e patriotismo, mas também entusiasmado com tais valores. Além disso, podemos perceber como eles são mencionados para respaldar o discurso de liberdade com o qual o jornal se refere ao regime militar legitimando, dessa forma, a ditadura.

Notamos como o jornal é um defensor das ideias e valores cívico-patrióticos também quando faz críticas ao governo municipal pela forma como os desfiles de 7 de setembro foram realizados em algumas oportunidades. Em 1977, por exemplo, fugiu ao padrão já apresentado em Campo Maior em anos anteriores e o jornal *A Luta* não poupou comentários negativos:

Com pouco entusiasmo de parte da numerosa assistência ali postada e escasso movimento rítmico, cedência, digamos assim, excetuando-se alguns pelotões estudantis e a tropa militar, foi como se realizou, em nossa cidade, a parada de 7 de Setembro, neste ano da graça de 1977, em comemoração à Semana da Pátria.

---

<sup>34</sup> A LUTA e o 7 de Setembro. *A Luta*, 07 set. 1975.

Consoante “programa” da Prefeitura Municipal, que marcou para 16:30 horas o início do magno desfile, somente depois das 18 horas isso foi possível acontecer, levando-se em conta as dificuldades de última hora. Resultou desse retardamento que metade do desfile teve seu curso noite a dentro, que cá pra nós, não é própria para acontecimentos desse jaez. Aliás, as tardes e as noites não foram feitas para esse tipo de festa. Campo Maior se constituiu assim numa exceção à regra nesse particular. Não se conhece nenhuma outra cidade, capital ou vila deste país (pelo menos não temos conhecimento) que faça sua parada de 7 de Setembro noutra horário que não o da manhã. E porque então essa esdrúxula medida para a nossa cidade?

Talvez por falta de cordões de isolamento, que neste ano não foram colocados ao longo da Avenida José Paulino, separando o povo dos participantes do desfile, a pista encontrava-se quase sempre invadida por populares, meninos vadios e até por ciclistas, que entenderam de fazer também as suas evoluçõeszinhas. Aqui e ali um ciclista era notado na pista e aí as vaias campeavam soltas, numa conotação não muito adequada ao momento, que deveria ser de respeito e seriedade e nunca para a prática de molecagens<sup>35</sup>.

O jornal tece diversas críticas ao desfile daquele ano que, pelo que percebemos, foi muito diferente dos que ocorreram anteriormente, seja pelo entusiasmo dos participantes, seja por sua organização. Tais reclamações sugerem que o poder público municipal não organizou festividades para comemorar a data, como já ocorrera nos levando a entender que aquela chama do fogo do amor à Pátria estava perdendo sua força. O civismo e o patriotismo, fortemente evocados em Campo Maior, estava diminuindo a intensidade, provocando um desânimo justamente naqueles que deveriam disseminar esses sentimentos à população.

É um fato intrigante esse desânimo com as questões cívicas na cidade quando esta foi palco de grandes discursos e celebrações à Independência do Brasil, sobretudo na primeira metade da década de 1970. Porém, nos anos seguintes, desinteresse, desorganização e falta de entusiasmos se sobressaíram nas festividades cívicas da região, em contraste com as entusiasmadas manifestações de amor à Pátria que, como já demonstramos, haviam sido marcantes. Em 1978, *A Luta* também divulgou uma matéria criticando o desfile daquele ano:

Um desfile desorganizado e com pouca expressão, até mesmo atabalhado, com o Ginásio Santo Antônio desistindo de prosseguir embora já desfilando em plena Av. Vicente Pacheco, e apresentando-se de modo elegante, foi o que o povo presenciou na tarde de 7 de setembro, demonstrando descontentamento e certa revolta ao descaso de quem de direito omitindo-se de promover aquela que seria aqui a maior festa do povo, comemorada em outras ocasiões com a dignidade e o entusiasmo a que faz jus<sup>36</sup>.

Aquele ardor cívico percebido antes em Campo Maior foi arrefecendo. As grandes comemorações no estádio municipal, nas grandes avenidas, deram lugar a tímidas manifestações alusivas ao dia da Independência nos anos finais da década de 1970, provocando insatisfação nos grupos que foram responsáveis por promover o civismo e o patriotismo na

---

<sup>35</sup> PARADA cívico-militar de 7 de Setembro. *A Luta*, 11 set. 1977.

<sup>36</sup> FRACAS as comemorações do Dia da Independência. *A Luta*, ano XI, nº 521, set. 1978.

cidade. Possivelmente, essa situação está relacionada com a da ditadura na época, em que o regime perdia força devido às ascendentes oposições que se espalhavam por todo o país e que, aos poucos, foram abalando as estruturas que sustentavam o regime, dentre elas os discursos relacionados às ideias de civismo e patriotismo.

Pretendemos, portanto, a partir do que foi analisado, compreender como se deu a construção do civismo e do patriotismo em Campo Maior durante a Ditadura Civil-Militar e como isso foi fundamental para a legitimação do regime no local. Para isso, apresentamos como o discurso cívico-patriótico foi materializado em diversas celebrações e ritualizado na cidade com o intuito de inculcar nos campomaiorenses tais valores, tão caros ao regime com os quais pretendia ser identificado. Então, impelida pela tradição de seus heróis locais, a região reproduziu práticas e discursos de caráter cívico e patriótico que possibilitaram a construção de representações legitimadoras da ditadura na cidade.

### Referências

A GRANDE Data. **A Luta**, 08 set. 1968.

ALCÂNTARA, Raimundo Andrade de. 7 de Setembro. **A Luta**, edição sem data.

A LUTA e o 7 de Setembro. **A Luta**, 07 set. 1975.

BITTENCOURT, Circe. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. *In*: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869**, de 12 de Setembro de 1969.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2012.

DE VOLTA o Fogo Simbólico da Pátria. **A Luta**, ano V, nº 217, jun. 1972, s/p.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRACAS as comemorações do Dia da Independência. **A Luta**, ano XI, nº 521, set. 1978.

MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013.

MORAIS, Fabrício de Sousa. **Pátria nossa a cada dia:** o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da Ditadura Militar (150º aniversário da Independência do Brasil). (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco - Recife: 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Culturas Políticas na História:** novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

PARADA cívico-militar de 7 de Setembro. **A Luta**, 11 set. 1977.

PROGRAMAÇÃO da Semana da Pátria. **A Luta**, 26 ago. 1972, nº 228, ano V.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014

SAUDAÇÃO à Pátria. **A Luta**, 13 set. 1970.

TORRES, João de Deus. Dia da Independência. **A Luta**, 15 set. 1968.

TURUKA, Um Campo Maior grande faz uma grande parada 7 de Setembro. **A Luta**, 14 set. 1969.

ZIMMERMANN, Ana Carolina. **O golpe vira uma festa:** o 31 de março de 1964 nos discursos e práticas cívico-patrióticas (1970-1971). Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Regional de Blumenau: Blumenau, 2020.